Título : Colombiatex : Brasil deve movimentar US$ 8 milhões
Data : 23 / 01 / 2023 **Veículo :** Diário de Itabira **Página :** 4
Canal : Setor Têxtil

NOVA ALTERNATIVA DE RENDA FIXA - Classe era destinada apenas a quem já tinha pelo menos R$ 1 milhão aplicados

Com mais vantagem em cenário de juros altos, CVM permitirá investir em FIDCs

Em um ano em que a renda fixa deve novamente ter protagonismo nas carteiras dos investidores, frente ao patamar elevado de 13,75% em que se encontra a taxa básica de juros, os investidores passarão a ter uma nova alternativa para alocar os recursos na classe de ativos. No final de dezembro, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou o novo marco regulatório dos fundos de investimento, que entra em vigor em abril e passa a permitir a oferta de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs) para os investidores em geral.

Lucas Bombana
FOLHAPRESS

Até então, esses veículos de investimento, pelo grau de complexidade, estavam disponíveis somente para os investidores considerados qualificados ou profissionais pela legislação de mercado, que são aqueles com pelo menos R$ 1 milhão e R$ 10 milhões em aplicações financeiras, respectivamente.

Sócio-diretor da Solis Investimentos, gestora de recursos especializada em FIDCs com cerca de R$ 11,5 bilhões, Ricardo Binelli explica que os fundos de direitos creditórios são estruturas que aplicam em títulos de créditos a receber de determinada empresa, papéis conhecidos no jargão de mercado como recebíveis.

Ricardo Binelli cita um exemplo prático para facilitar o entendimento: em meados de 2019, o São Paulo Futebol Clube estruturou um FIDC em que o clube vendeu aos investidores parte dos valores que teria direito de receber pelo contrato de pay-per-view com a Rede Globo para a transmissão de suas partidas no campeonato brasileiro.

Segundo o especialista da Solis, ao negociar os direitos creditórios, os gestores compram os títulos que lhe dão direito ao recebimento dos valores no futuro mediante uma taxa de desconto. Dessa forma, o recebimento do valor cheio do pagamento mais à frente é o que proporciona o retorno aos investidores.

Entre os investimentos em FIDCs realizados pela gestora, ele aponta casos de crédito consignado de servidores públicos federais, financiamentos estudantis voltados para cursos profissionalizantes e operações de originação de crédito parcelado realizadas por fintechs a pequenas e médias empresas, em que a Solis adquire o direito de receber os valores devidos no futuro com desconto para, assim, remunerar os investidores.

A expectativa de retorno dos FIDCs, em média, gira em torno de CDI mais uma taxa entre 3% e 4% ao ano, no caso das cotas chamadas sêniores, afirma o especialista.

Ele explica que os FIDCs são estruturados com diferentes cotas, sendo as mais comuns as sêniores e as subordinadas. As subordinadas, que costumam corresponder a uma parcela entre 20% e 30% do valor total do fundo, são as que primeiro são afetadas em caso de inadimplência. Somente se a inadimplência ultrapassar o percentual destinado às subordinadas é que ela passa a afetar também as cotas sêniores. De modo a proteger os investidores de varejo pessoa física, que passarão a poder investir nos FIDCs, a regra imposta pela CVM permite que esse público invista somente nas cotas sêniores.

"A cota sênior tem uma estrutura de risco versus retorno mais apropriada ao perfil do público em geral", diz Nathalie Vidual, superintendente de securitização e agronegócio em exercício da CVM. Ela acrescenta que o nível de risco dos FIDCs, no caso da cota sênior, corresponde ao perfil e ao nível de educação financeira do público em geral.

Segundo ela, um importante objetivo na agenda da autarquia é o empoderamento do varejo. "Faz parte desse propósito disponibilizar mais produtos ao investidor comum, especialmente aqueles que podem gerar maior diversificação de seus investimentos, como os fundos estruturados alternativos", diz Nathalie Vidual.

CEO da Empírica Investimentos, Leonardo Calixto afirma que, dada a complexidade que envolve a estrutura dos FIDCs, os produtos que a gestora vier a lançar destinados ao público geral deverão ser no formato de um fundo que compra cotas de outros FIDCs.

Assim, os profissionais da casa fazem uma curadoria prévia dos fundos de risco compatível ao perfil dos investidores de varejo, afirma o CEO da Empírica, gestora focada em FIDCs com cerca de R$ 9 bilhões. "Não tenho dúvida que as cotas de FIDCs são excelentes alternativas para compor o patrimônio dos investidores, e o marco regulatório aumentou o acesso, mas há dificuldades em relação a análise, seleção e monitoramento desses fundos", diz Leonardo Calixto.

"Existe um processo de aprendizagem natural tanto do lado do investidor quanto do lado dos prestadores de serviço em se comunicarem adequadamente com este novo público, ampliando a educação financeira", diz Nathalie Vidual.

Ricardo Binelli acrescenta que a maior parte dos FIDCs do mercado é no formato fechado, em que o investidor aplica o dinheiro e precisa esperar o tempo de vida do fundo para ter o dinheiro de volta.

Ele diz que, de forma geral, os FIDCs costumam ter um prazo médio de 36 meses, sendo os 12 primeiros de carência, em que os gestores buscam os investimentos para a carteira, e, nos 24 restantes, é quando o investidor passa a receber os valores parcelados e corrigidos.

Principal investimento - Com um cenário de juros altos e turbulência nas empresas listadas na B3, a renda fixa deve se consolidar como a opção principal de investimentos, segundo levantamento com clientes da XP. Pesquisa da corretora com 10 mil usuários da plataforma aponta que 65% dos participantes vão apostar na compra de títulos da renda fixa para obter rendimentos ao longo do ano.

Fundos imobiliários (48%), ações da B3 (44%), Tesouro Direto (41%) e fundos em geral (35%) aparecem em seguida no ranking de preferências. Ainda segundo a XP, no recorte por perfil, a renda fixa é considerada por 69% dos investidores conservadores, 66% dos moderados e 64% dos agressivos. Ganha também em todas as faixas etárias.

Pixabay

INVESTIMENTO - FIDC é modalidade que permite aplicar em recebíveis de determinada empresa

divulgação / Ame Digital

AME - Consumidores não terão contas afetadas, diz Americanas

■ **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Cashback Ame não será afetado, diz Americanas

O escândalo contábil que levou a Americanas à recuperação judicial preocupa clientes da conta digital Ame. Desde 12 de janeiro, um dia após Sergio Rial anunciar seu desligamento da empresa que presidiu por 10 dias, consumidores buscam informações nas redes sociais sobre o futuro da Ame.

As publicações se intensificaram na sexta-feira (20), com relatos de dificuldades no acesso ao aplicativo. A Americanas, responsável pela conta digital, afirma que todas as operações da Ame estão normalizadas e não há risco para os clientes. "O cashback nas contas digitais da Ame seguirá disponível normalmente, podendo ser utilizado de diferentes formas, de acordo com a política de utilização vigente".

Por meio da Ame, o consumidor pode, por exemplo, comprar em lojas físicas e online, recarregar celular, abastecer o carro, pagar contas e fazer empréstimos pelo aplicativo. Se o pagamento for em estabelecimentos parceiros da Americanas, ele recebe de volta uma parte do valor gasto.

Anteontem, a Americanas publicou em seu site "respostas para as perguntas mais recentes" dos consumidores. A medida faz parte da estratégia de acalmar os clientes. Em entrevista, o diretor de operações e relacionamento com o consumidor da Americanas, Marcio Chaer, afirmou que a empresa continua verificando o mesmo nível de demanda, tanto dos clientes como de parceiros.

Segundo a empresa, nada mudou para o consumidor. "A Americanas segue operando normalmente, mantendo seu propósito de entregar a melhor experiência. Os clientes podem comprar produtos e serviços disponíveis em diversas unidades da Americanas próximas e também no site e app da marca", afirma o grupo.

■ **NÃO ME PERTURBE**

Número de cadastros fica em 11 milhões em 2022

Mecanismo que permite o bloqueio de chamadas não desejadas de empresas, a plataforma Não Me Perturbe fechou 2022 com 11 milhões de números de telefone cadastrados. Isso representa crescimento de 1,45 milhão de números em relação a 2021.

Segundo a Conexis Brasil Digital, que reúne as empresas de telecomunicações e de conectividade, o número de cadastros equivale a 3,8% da base de 288,6 milhões de telefones fixos e móveis existentes no Brasil. Em operação desde julho de 2019, a plataforma permite que as pessoas bloqueiem chamadas de telemarketing vindas de empresas de telecomunicações e de oferta de crédito consignado. O mecanismo, no entanto, não bloqueia ligações, por exemplo, de planos de saúde ou de redes varejistas.

Quem quiser bloquear seus números de celular e telefone fixo para não receber ligações de telemarketing desses dois setores (telecomunicações e consignado) deve fazer o cadastro diretamente no site Não Me Perturbe ou por meio dos Procons em todo o país. O bloqueio ocorre em até 30 dias após o cadastro no site.

A maior parte dos números bloqueados está no estado de São Paulo, com 5,17 milhões de números registrados. São Paulo também concentra a maior base de clientes do país, com 87 milhões de celulares e de telefones fixos. O Distrito Federal tem a maior proporção de telefones cadastrados na plataforma, com 7,1% da base de telefones fixos e móveis.

Em operação desde julho de 2019, a plataforma faz parte das medidas de autorregulação do setor para melhorar a relação com os consumidores. Desde então, o número de cadastrados cresceu ano a ano, mas só superou a marca de 10 milhões em 2022. Em novembro do ano passado, segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o volume de queixas caiu 29% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

divulgação / AeC

TELEMARKETING pode ser evitado através do Não Me Perturbe

Agência Brasil

SETOR TÊXTIL espera vender US$ 70 milhões até o fim do ano

■ **FEIRA TÊXTIL**

Colombiatex: Brasil deve movimentar US$ 8 milhões

A Colombiatex, principal feira do setor têxtil na América Latina, vai ter a participação de 29 empresas brasileiras, com expectativa de movimentar até US$ 8 milhões em negócios nos três dias da feira.

Os participantes do evento também esperam concluir transações de até US$ 70 milhões até o fim do ano, segundo o Texbrasil, programa de internacionalização da indústria têxtil nacional. Segundo a organização, as operações do setor têxtil brasileiro com a Colômbia movimentaram quase US$ 80 milhões entre janeiro e outubro do ano passado.

O programa inclui empresas como Lycra, Brand Têxtil e Elasfil. Além da Abit (associação do setor), a ApexBrasil (agência brasileira de exportações e investimentos) também faz parte do controle da Texbrasil. Rafael Cervone, diretor-geral do Texbrasil e presidente emérito da Abit, afirma que a feira deste ano deve ajudar o setor a romper com o baixo volume de negócios dos últimos dois anos.

MODELO MATEMÁTICO

Fazenda quer novo estudo para evitar riscos judiciais

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) quer criar um sistema que permita ao governo avaliar, de forma preventiva, eventuais riscos judiciais decorrentes de medidas em estudo pelo Executivo.

O objetivo central do sistema é antever se determinada solução legal pode resultar numa dor de cabeça ainda maior no futuro – e justamente evitar a adoção desse caminho.

Embora pareça uma providência óbvia, essa avaliação não é feita hoje de forma sistemática. Algumas iniciativas são submetidas a uma análise criteriosa, mas nem sempre é a regra. A União também tem uma série de órgãos jurídicos responsáveis pela defesa junto aos tribunais, e suas bases de informações não são unificadas, o que pode dificultar a mensuração do risco.